

REVISTA DE
DIREITO TRIBUTÁRIO
CONTEMPORÂNEO
RDTC

ANO 2 • 9 • NOVEMBRO-DEZEMBRO • 2017

COORDENAÇÃO:
PAULO DE BARROS CARVALHO



INCLUI VERSÃO
ELETRÔNICA DA REVISTA

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

DOUTRINA

ICMS na base do PIS/COFINS e a modulação de efeitos da decisão do STF: o risco fiscal e a reconstrução de um argumento

Inclusion of the States' Sales Tax (ICMS) in the calculation of the PIS/COFINS Federal Taxes: the alleged budget loss risk and the reconstruction of an argument

TATHIANE PISCITELLI, BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS e
MARIA RAPHAELA DADONA MATTHIESEN 17

O novo Código de Processo Civil, princípios e mediação em âmbito processual tributário

The new Civil Procedure Code, principles and mediation in the tax litigation field

MARISTELA JUSTEN MOREIRA e CHARLES WILLIAM McNAUGHTON 49

Estado de exceção fiscal

Fiscal exception state

MAURÍCIO COUTINHO DE ALMEIDA 71

Margens predeterminadas de lucro no controle dos preços de transferência: limites constitucionais à aplicação de presunção em matéria tributária

Predetermined profit margins in the control of transfer prices: constitutional limits to the application of presumption in tax matters

LAURA ELIZANDRA MACHADO CARNEIRO 87

A alíquota e a graduação das sanções tributárias: análise da multa tributária de ofício

The rate and gradation of tax penalties: analysis of ex officio fine

VÍTOR LIMEIRA BARRETO DA SILVEIRA 111

Percorso evolutivo e limites normativos da responsabilidade do Estado por dano tributário no Direito italiano

State liability on tax damage – Development and legal limits in italian law

ANDREIA SCAPIN 127

Sistema tributário no Grande Dragão Asiático

The Great Asian Dragon and the tax system

PAULO CESAR PIMENTEL RAFFAELLI 155

Controle de constitucionalidade concentrado: a (in)constitucionalidade do salário-educação

Control of constitutionally focused: the unconstitutionality of the education salary

JOSSELINE FRITSCH 169

Competência tributária e facultatividade: conceitos jurídicos logicamente incompatíveis

Tax jurisdiction and optionality: logically incompatible legal concepts

PEDRO FLÁVIO CARDOSO LUCENA 187

A dedutibilidade, da base de cálculo do PIS e da COFINS, de despesas de intermediação financeira

The deductibility of PIS and COFINS calculation basis of financial intermediation expenses

ANDRÉ LUIS ULRICH PINTO 207

Tributação das gorjetas: nova regulamentação, velhas inconstitucionalidades

Taxation of tips: new regulation, old unconstitutionality

BRUNO BARCHI MUNIZ 221

Tributação extrafiscal: a seletividade em razão da essencialidade como critério objetivo para definição das alíquotas do ICMS

Extrafiscality: the selectivity based on essentiality as an objective standard for the definition of ICMS taxrates

THIAGO NOBRE MAIA 235

A prova do indício no lançamento tributário quando identificado o passivo fictício

The proof of the claim in the tax launch when indicated the liability fictitious

VINICIUS MONTE SERRAT TREVISAN e PAULO ROBERTO TREVISAN 267

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – AUMENTO DO VALOR DAS ANUIDADES PELO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL POR INTERESSE DA CATEGORIA – NORMA REGULAMENTADORA QUE NÃO ESTABELECEU LIMITES DO VALOR DA EXAÇÃO, CRIANDO SITUAÇÃO DE INSTABILIDADE INSTITUCIONAL

Comentário por JACQUELINE MAYER DA COSTA UDE BRAZ 283

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – DÉBITOS DE IRPJ – RESPONSABILIZAÇÃO SOLIDÁRIA DE ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETORES, GERENTES OU REPRESENTANTES DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA – DECRETO-LEI QUE NÃO PODE ESTABELECER MATÉRIA RESERVADA À LEI COMPLEMENTAR

Comentário por LUCAS GALVÃO DE BRITTO e SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO.. 349

AÇÃO RESCISÓRIA – ICMS – PRECEDENTES QUE, EMBORA CONDICIONEM A COMPENSAÇÃO À PROVA DO NÃO REPASSE ECONÔMICO DO TRIBUTO, NÃO GUARDAM SIMILITUDE FÁTICA COM A DECISÃO RESCINDENDA, QUE VERSA SOBRE INDÉBITO INCIDENTE SOBRE MERCADORIAS DE BONIFICAÇÃO

Comentário por JACQUELINE MAYER DA COSTA UDE BRAZ 385

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

COFINS – FALTA DE RECOLHIMENTO SOBRE AS RECEITAS OBTIDAS COM A VENDA DE CARTELAS DE BINGO – DESQUALIFICAÇÃO DA MULTA DE OFÍCIO DE CENTO E CINQUENTA POR CENTO PARA SETENTA E CINCO POR CENTO

Comentário por LUCAS GALVÃO DE BRITTO e SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO.... 399

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA.... 411